

Política Suricato de Fiscalização Integrada: Inteligência e Inovação

Raquel de Oliveira Miranda Simões
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais / Brasil
rsimoes@tce.mg.gov.br

Sebastião Helvecio Ramos de Castro
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Instituto Rui Barbosa
Belo Horizonte – Minas Gerais / Brasil
sebastiãohelvecio@tce.mg.gov.br

RESUMO

A principal inovação da Política Suricato de Fiscalização Integrada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) é dar utilidade, nas ações de controle, ao grande volume de dados e informações recebidos de seus jurisdicionados – que os enviam por força de determinação legal e constitucional. A Política Suricato de Fiscalização Integrada consiste na utilização de tais dados e informações para a produção de conhecimento, por meio de metodologias, ferramentas e soluções de tecnologia da informação, acompanhamento e detecção de tendências. O TCEMG é o primeiro TC do Brasil a trabalhar com a construção de malha eletrônica a partir do cruzamento de dados e informações internos e externos com a base da nota fiscal eletrônica (NFe). O trabalho é realizado mediante tecnologias avançadas de visualização de dados e informações originários de múltiplas fontes e em variados formatos, em painéis interativos como, por exemplo, *Dashboards*. A Política Suricato ajuda a identificar “o quê”, “quando” e “onde” fiscalizar – preventiva e concomitantemente, de maneira mais assertiva.

Palavras Chaves: Fiscalização Integrada, Malhas Eletrônicas, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Inteligência, Cruzamento de informações.

INTRODUÇÃO

A principal inovação da Política Suricato de Fiscalização Integrada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) é dar utilidade, nas ações de controle, ao grande volume de dados e informações recebidos de seus jurisdicionados – que os enviam por força de determinação legal e constitucional – e também aqueles disponibilizados por entidades parceiras e outras. Ressalta-se que os Tribunais de Contas brasileiros detêm, hoje, os mais detalhados e confiáveis bancos de dados sobre orçamentos públicos.

A Política Suricato de Fiscalização Integrada, elaborada sob a metodologia do modelo lógico do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), consiste na utilização de tais dados e informações para a produção de conhecimento, por meio de metodologias, ferramentas e soluções de tecnologia da informação, acompanhamento e detecção de tendências, com o objetivo de subsidiar a definição de diretrizes e estratégias na atuação do controle externo, nos seguintes eixos: fiscalização assertiva, consistente e contemporânea em relação ao ato fiscalizado; avaliação de resultados de políticas públicas; ações de transparência; ações preventivas e orientativas.

O nome escolhido é uma analogia simbólica ao modo de vida do suricato, animal extremamente vigilante que se protege em equipe dos seus predadores.

DUAS PRIMEIRAS PRÁTICAS SELECIONADAS

O TCEMG é o primeiro TC do Brasil a trabalhar com a construção de malha eletrônica a partir do cruzamento de dados e informações internos e externos com a base da nota fiscal eletrônica (NFe). Tal procedimento permite conhecer, em tempo real, de quem a administração comprou, o quanto pagou e o que adquiriu.

Portanto, tal acesso *on line*, e inédito no Brasil conforme já se disse, e o seu cruzamento com outras bases possibilitaram o desenvolvimento, dentre outras, de duas práticas aqui destacadas: 1) malhas eletrônicas de fiscalização de aquisição de medicamentos por órgãos públicos; 2) mapeamento das compras públicas para acompanhamento da política de promoção do desenvolvimento local e sustentável, preconizada na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, modificada pela Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011).

No primeiro caso, constatada a movimentação de expressivo volume de recursos financeiros na compra pública de medicamentos, elegeu-se este tema para o desenho da primeira malha de fiscalização, que demandou esforços e tecnologia para “desconstrução eletrônica” das notas fiscais encaminhadas em tempo real ao banco de dados do Tribunal. Em seguida, os dados das notas de medicamentos foram cruzados com os valores máximos fixados para venda ao poder público, sendo que (1) os excedentes apurados geraram 24 representações da unidade técnica para responsabilização dos ordenadores das despesas, em processos que objetivam a recuperação de R\$1.442.835,62 (2013) e R\$1.420.166,57 (2014); (2) a ação também proporcionou a devolução de R\$112.079,00 de fornecedor particular à administração pública.

Em relação ao acompanhamento das políticas públicas, o uso de bases de dados qualificadas, como a NFe, cruzadas com outras bases possibilitou o mapeamento das compras públicas no Estado de Minas com os preços efetivamente praticados no mercado e não com aqueles declarados. Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), objetivando o cumprimento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que visa fomentar as compras públicas em benefício do desenvolvimento local, o TCEMG patrocinou diversas capacitações em todas as macrorregiões do Estado de Minas para incentivar a edição de lei local e também sua efetiva implementação. Tal atuação foi determinante também para a edição do Decreto n. 46.508/2014, que altera o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), permitindo que empresas mineiras participem de licitações públicas em igualdade de condições com empresas de outros estados. Essa medida injetou na economia mineira, em 2013, o valor de 3 bilhões de reais. Soma-se a este resultado, no ano de 2014 em relação ao de 2013, o incremento de 60% no total das compras da administração pública de micro e pequenas empresas, sediadas em Minas, num montante de 901 milhões.

MALHAS ELETRÔNICAS DE FISCALIZAÇÃO

Com a finalidade de evidenciar inconsistências ou outras situações que permitam ao Tribunal identificar eventos passíveis de fiscalização; auxiliar na elaboração, execução e avaliação do plano de fiscalização; fornecer informações estratégicas para as ações do controle externo; subsidiar o Tribunal na utilização dos instrumentos de fiscalização; identificar situações passíveis de emissão de alertas; mapear riscos; e subsidiar o Tribunal no planejamento de suas ações preventivas e pedagógicas, as Malhas Eletrônicas de Fiscalização consistem em protótipos criados para o cruzamento de dados com um objetivo de fiscalização específico.

São elaboradas preferencialmente em consonância com as temáticas definidas no Plano Anual de Fiscalização, cujos produtos são classificados de acordo com os seguintes

parâmetros: foco verde, quando não houver constatação de irregularidade formal ou possível dano ao erário; foco amarelo, quando houver constatação de situação de risco de ocorrência de irregularidade formal e/ou dano ao erário; foco vermelho, quando houver constatação de situação de irregularidade formal e/ou dano ao erário.

O SISTEMA FOCUS

No âmbito da Política Suricato, o TCEMG instituiu o Sistema Focus para fins de produção dos documentos referentes a processos e procedimentos de controle externo. A nova plataforma integra, de ponta a ponta, as Unidades e os processos de trabalho, imprimindo mais qualidade, celeridade e exatidão aos serviços prestados à sociedade. Em acesso fácil, a Mina de Dados oferece ao analista, de modo organizado, informações estratégicas de diversas fontes – perfil do jurisdicionado e do gestor, indicadores de gestão e dados orçamentários, legislação específica, mídias, por exemplo – as quais qualificam as análises e deliberações do Tribunal.

A CENTRAL SURICATO DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA, INTELIGÊNCIA E INOVAÇÃO

Para o funcionamento e a operacionalização da Política Suricato, o TCEMG construiu o edifício da Central Suricato, cuja estrutura abriga a Sala de Situação, inédita no Controle Externo brasileiro. Esta central de acompanhamento da gestão pública possibilita o cruzamento de dados, o registro de alterações instantâneas e a identificação de atos e fatos de interesse do controle externo, mediante tecnologias avançadas de visualização de dados e informações originários de múltiplas fontes e em variados formatos, em painéis interativos – *Dashboards*, que alertarão aos analistas os pontos de atenção em relação a todos os estudos e cruzamentos elaborados em malhas eletrônicas e trilhas de roteamento das receitas e despesas públicas que compõem os orçamentos dos jurisdicionados do Tribunal, com dados obtidos de múltiplas fontes.

Na mesma edificação, o Laboratório de TI: destinado à criação, estudo e desenvolvimento de

produtos na área de tecnologia da informação voltados à implementação da Política Suricato; a Sala de Ideias e Inovação: para disseminação da cultura da inovação; a Sala Ágora: destinada a reuniões e atividades de treinamento e capacitação; o Laboratório de Engenharia: de apoio técnico nas ações de fiscalização desenvolvidas na área de engenharia.

Também o Painel de Interatividade, que é um espaço público de transparência dedicado à disponibilização de dados e informações da gestão pública estadual e dos municípios, por meio do “Fiscalizando com o TCE”, com vistas a fomentar o controle social.

CONCLUSÃO

A Política Suricato ajuda a identificar “o quê”, “quando” e “onde” fiscalizar – preventiva e concomitantemente, de maneira mais assertiva – 3.352 jurisdicionados, numa extensão territorial de 586.519,727 km², um montante de 150 bilhões de reais /ano. De outro modo, o TCEMG passa a fiscalizar mais com menos recursos.

Para a sociedade, vislumbra-se controle externo proativo e próximo da ocorrência dos fatos, mais transparência sobre o gasto estatal, redução de desperdício e de desvios de recursos públicos.

BIBLIOGRAFIA

[1]ALMEIDA NETO, Wilson Rocha de. Inteligência e contra-inteligência no Ministério Público. Belo Horizonte: Dictum, 2009.

[2]BESSA, Jorge da Silva. A importância da inteligência no processo decisório. In: III ENCONTRO DE ESTUDOS: DESAFIOS PARA A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO SÉCULO XXI, set. 2004, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/paginas/inteligencia.pdf>.

[3]BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP)*. Brasília, 2007.

- [4]BRASIL. Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra. Seção de Assuntos de Inteligência Estratégica. O trabalho do analista de inteligência sob o enfoque metodológico das ciências sociais. Org. Cel. Ivan Fialho. Rio de Janeiro, 2006.
- [5]BRASIL. *Carta de Brasília sobre gestão pública*. Disponível em: <<http://esaf.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 4 abr. 2009.
- [6]DAVENPORT, Thomas H. *Big data no trabalho*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2014.
- [7]DAVENPORT, Thomas H. *Ecologia da Informação: porque só a tecnologia não basta na era da informação*. São Paulo: Editora Futura, 1998.
- [8]DAVENPORT, Thomas H. / KIM, Jinho. *Dados Demais! Como Desenvolver Habilidades Analíticas Para Resolver Problemas Complexos...* Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2013.
- [9]FREUND, J. E., Simon, G. A. (2000). *Estatística Aplicada*, 9ª edição, Editora Bookman.
- [10]HURWITZ, Judith, NUGENT, Alan, HALPER, Fern, KAUFMAN, Marcia. *Big Data para Leigos*.
- [11]MARCIANO, A. A. T.; PIRES, F. F. C. *A gestão do conhecimento: trajetória para o fortalecimento do controle externo*. (Monografia Prêmio Serzedello Corrêa 2005). Tribunal de Contas da União, Brasília, 2005.
- [12]NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- [13]PALUMBO, S. *Um modelo de gestão do conhecimento e da inteligência organizacional adequado às estratégias do Tribunal de Contas da União*. (Monografia Prêmio Serzedello Corrêa 2005). Tribunal de Contas da União, Brasília, 2005.
- [14]REIS, E. A., Reis, I. A. (2001). *Análise Descritiva de Dados- Tabelas e Gráficos*. (Relatório Técnico RTE04/2001) Departamento de Estatística - ICEX – Universidade Federal de Minas Gerais.
- [15]Sistema de Banco de Dados Abraham Silberschatz, Henry F. Korth, S. Sudarshan.
- [16]Sistemas de Banco de Dados - Elmasri, Ramez / Navathe.
- [17]SOUZA, M. A.; GIACOBBO, M. *A gestão do conhecimento e o exercício do controle externo*. (Monografia Prêmio Serzedello Corrêa 2005). Tribunal de Contas da União, Brasília, 2005.
- [18]Triola, M. F. (1996). *Introdução à Estatística*, 7ª edição, Editora LTC.